

As dificuldades do acesso à educação escolar para a classe trabalhadora na Pandemia

Fabiana Fátima Cherobin¹
Bruna de Paula Cioffi²

Resumo

Este artigo caracteriza-se por ser um estudo bibliográfico, amparado no método Materialista Histórico Dialético elaborado por Marx, nas formulações de Vygotsky e na Teoria Histórico Cultural. Tem como objetivo analisar as dificuldades do acesso à educação escolar para a classe trabalhadora durante a pandemia do Coronavírus, bem como, demonstrar as impressões resultantes dessa análise. Com vistas a alcançar o objetivo proposto, o trabalho, está organizado em duas partes: Inicialmente, buscamos entender como é o acesso à educação escolar e a aquisição de conhecimentos na sociedade capitalista. Posteriormente analisamos sobre como têm sido a educação escolar para crianças e jovens de classe trabalhadora durante a pandemia. Na sociedade capitalista, onde o acesso aos conhecimentos escolares são fragmentado para a maioria das pessoas, durante a pandemia, com o fechamento das escolas públicas para conter a disseminação do vírus da Covid-19, muitas crianças e jovens de classe trabalhadora não tiveram acesso a muitos conhecimentos escolares, pois a maioria das famílias tiveram limitações econômicas o que influenciou na aquisição de equipamentos eletrônicos e pacotes de internet para acessar as aulas que passaram a ser realizadas remotamente. Fatores que limitaram a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes da classe trabalhadora, assim como, a interação social. Ante ao exposto, percebemos a importância da educação escolar pública realizada de maneira presencial, na garantia da aquisição dos conhecimentos básicos, visto que o acesso à educação pública é um direito e, apresenta-se aos trabalhadores como possibilidade de formação crítica.

Palavras-Chave: Acesso à Educação; Classe Trabalhadora; Desigualdade; Pandemia.

1. Introdução

Este artigo tem como pressuposto, a compreensão de que o desenvolvimento humano depende das condições materiais e não materiais oportunizadas pelo contexto no qual o sujeito está inserido. Isso não quer dizer que os componentes biológicos não sejam importantes, uma vez que, são a base para a constituição humana, mas apenas pela sua própria natureza o homem não pode viver em sociedade, é preciso que ele adquira elementos que lhe permitam tornar-se um ser social, os quais façam com que ele seja capaz de participar do mundo a fim de transformá-lo, de acordo com suas necessidades (MARX; ENGELS, 2005).

Tais elementos, capazes de fazer com que o sujeito se desenvolva e conheça sua realidade, permite que ele seja capaz de intervir nela. Para isso, a aquisição da cultura e conhecimentos históricos são essenciais para o desenvolvimento humano, bem como, a interação social com outros indivíduos, objetos e fenômenos da realidade para que essa aquisição possa existir (VIGOTSKI, 2021).

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Docente efetiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Campus de Goiabeiras. E-mail: fcherobin@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR; Especialista em Psicologia Escolar e Educacional e em Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica pela União Brasileira de Faculdades - UNIBF. E-mail: brunacioffi97@gmail.com

Uma maneira de estar em contato com a cultura produzida historicamente é por meio da educação escolar, pois é na escola, que parte dessa cultura é transmitida de maneira sistematizada. No entanto, na sociedade capitalista, nem todos têm acesso à escola, dada as limitações impostas pelo contexto social em que estão inseridos.

Na sociedade capitalista, onde a concentração dos meios de produção está centrada nas mãos da classe burguesa - minoria detentora dos recursos materiais e não materiais e por conseguinte, compradora da força de trabalho, única mercadoria que pertence à classe trabalhadora, não há oportunidades para que todos os indivíduos se apropriem dos bens materiais. O valor pago à classe trabalhadora pela sua força de trabalho permite a ela somente a aquisição dos meios básicos para a reprodução de sua existência, enquanto a classe burguesa dispõe de toda riqueza existente e, por isso, do livre acesso a tudo que vem sendo construído pela humanidade (MARX; ENGELS, 2005).

Essa desigualdade que é parte fundante do sistema capitalista, limita que a maioria da população tenha acesso a determinados bens culturais. A apropriação da cultura e do conhecimento historicamente construído é essencial para o desenvolvimento do indivíduo e a transformação de sua existência. Nesse sentido, quanto mais restrita as condições para apropria-se da cultura, mais “limitado” será o desenvolvimento do indivíduo o qual não conseguirá compreender as contradições presentes em sua realidade e conseqüentemente identificar possibilidades de sua transformação (VIGOTSKI, 2004).

Com a chegada da pandemia da Covid-19, que se alastrou no início de 2020 no Brasil, e com as medidas de isolamento social para conter a disseminação do vírus, essas diferenças entre trabalhadores e burguesia tornaram-se mais acentuadas. Na educação, as medidas para conter o vírus, demandaram o fechamento das escolas públicas. As atividades educativas passaram a ser realizadas de maneira remota, o que demandou a aquisição de equipamentos eletrônicos e pacotes de internet. As limitações impostas pela pandemia, agravaram a desigualdade social e impuseram às famílias da classe trabalhadora muitas limitações e dificuldades de sobrevivência, aspecto que influenciou no acesso às atividades educativas, já que muitos estudantes, devido as condições econômicas não puderam se conectar à internet e, conseqüentemente ter acesso as atividades educativas organizadas pelas escolas e professores. Fatores que limitaram o acesso a muitos conhecimentos provenientes da cultura escolar.

Diante desse contexto, por meio do estudo bibliográfico e tendo como referência o método Materialista Histórico Dialético e a Teoria Histórico Cultural, procuramos analisar as dificuldades do acesso à educação escolar para os estudantes da classe trabalhadora durante a pandemia da Covid-19, bem como, demonstrar as impressões resultantes dessa análise. Para

isso, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: Inicialmente, buscamos entender como se dá o acesso à educação escolar e a aquisição dos conhecimentos na sociedade capitalista. Posteriormente analisamos sobre como têm sido a educação escolar para crianças jovens de classe trabalhadora especificadamente durante a pandemia. Por fim, debatemos sobre a importância do acesso à educação escolar presencial na aquisição de conhecimentos da cultura escolar – essenciais para o desenvolvimento da classe trabalhadora.

2. Acesso à educação escolar e a aquisição de conhecimentos na sociedade capitalista

Tendo como referência as formulações de Vygotsky e a teoria Histórico-Cultural, entendemos que o desenvolvimento humano não se dá de maneira linear e tampouco é produto apenas do aparato biológico, é pela inserção social que o sujeito é capaz de se apropriar do que foi produzido pela humanidade (PASQUALINI, 2013.) Sob esse entendimento, o ser humano desenvolve sua linguagem, suas demais funções psíquicas superiores e reconfigura toda a sua atividade cerebral (IBIDEM).

Ao nascer o indivíduo possui apenas funções psicológicas elementares, oriundas de sua natureza biológica, mas que não constituem sua humanidade. “[...] o que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade [...]” (LEONTIEV, 1998a). Deste modo, para que o ser humano supere sua condição mais primitiva e venha a se humanizar é necessário que desde a mais tenra idade esteja em contato com o outro e com objetos e fenômenos que os cercam, requisitos fundamentais para apropriação da cultura produzida pela humanidade e, dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Aspectos que permitem aos indivíduos alcançar patamares mais elevados do desenvolvimento, os quais permitirão modificar sua própria realidade (IBIDEM) é “a partir do acesso aos bens culturais é que o homem se torna humano, se humaniza e se reconhece como tal” (BIAVATTI; WIELEWSKI, s/d, p. 142).

Tais conhecimentos, produzidos pelas relações histórico-culturais, são organizados de maneira sistematizada mediante o processo educativo que ocorre na escola e incorporados por meio do ensino e aprendizagem, por isso, é importante a inserção dos sujeitos na escola. Pois os processos de ensino nela trabalhados segue procedimentos metodológicos, além de serem planejados de maneira intencional e oferecer condições adequadas para sua efetivação. Nesse sentido, “[...] o papel da educação é garantir a criação de aptidões que são inicialmente externas aos indivíduos e que estão dadas como possibilidades nos objetos materiais e intelectuais da cultura [...]” (CAMILO, 2008, p. 3). Por isso, a escola enquanto instituição de

educação formal se constitui como um dos principais meios de socialização dos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade, capazes de estimular o desenvolvimento e produzir novos conhecimentos.

No entanto, no sistema capitalista, modo de produção que faz a sociedade ser dividida em duas classes fundamentais – Trabalhadores e Burguesia nem todos os indivíduos possuem as mesmas condições de acesso aos conhecimentos, uma vez que, a produção material está concentrada nas mãos da burguesia (MARX; ENGELS, 2005). Fator desigual, uma vez que, no capitalismo o conhecimento se constitui como aspecto fundamental para o desenvolvimento humano e para a modificação de sua condição de vida.

A classe burguesa, embora minoritária, determina o nível de acesso aos bens materiais e não materiais dos trabalhadores, porque dispõe dos meios de produção e de toda riqueza produzida pelo homem. Restando à classe trabalhadora, vender sua força de trabalho por um valor, que só lhe garante as condições básicas de vida “[...] o que o operário recebe com seu trabalho é estritamente necessário para a mera conservação e reprodução de sua existência” (MARX; ENGELS, 2005, p. 53).

Nesse sentido, apenas uma minoria da população brasileira tem acesso à cultura, aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e a apropriação maior de recursos, enquanto aos outros, cabe-lhes o empobrecimento cultural, a pobreza material e por consequência, a alienação e submissão (LEONTIEV, 1998b).

A apropriação da cultura e dos conhecimentos permite o desenvolvimento de uma série de faculdades humanas, já a não apropriação, produz o empobrecimento dos indivíduos, pois, quanto forem excluídos do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, mais limitado será seu desenvolvimento e conseqüentemente, poucas serão as possibilidades de alterar sua condição de existência (LEONTIEV, 1998a).

Embora no modo de produção capitalista apenas a inserção na escola não garanta que, o indivíduo se forme de maneira integral, crítica, pois nela o conhecimento está centrado na formação para o trabalho simples (KUENZER, 2011), o qual colabora com a manutenção deste sistema, pois “[...] em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica” (MÉSZÁROS, 2005, p.125). Contudo, para a classe trabalhadora, a escola apresenta-se como possibilidade de escolarização e formação para a superação das relações capitalistas, na medida em que forma “[...] pessoas capazes de pensar, de estudar, dirigir, ou de controlar quem dirige [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 50). Nessa perspectiva, como a classe trabalhadora tem acessado os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e socializados na escola? Quais as condições de acesso e permanência dos trabalhadores na

escola? O acesso a esses conhecimentos, são suficientes para o desenvolvimento de uma formação crítica, emancipadora?

No Brasil os sujeitos da classe trabalhadora são excluídos do acesso à educação escolar, já que muitas crianças e jovens pelas condições objetivas de vida precisam conciliar estudo e trabalho. De acordo com pesquisas realizadas em 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 50 milhões de pessoas entre 14 a 29 anos de idade, 20% delas, cerca de 10 milhões, não haviam concluir nenhuma etapa da educação básica. Os mais afetados são indivíduos pretos e pardos, da região nordeste (IBGE, 2019). Ainda segundo o IBGE, a cada cinco adultos que cursaram a educação básica na região nordeste, três não concluíram esse nível de ensino (IBIDEM). A necessidade de trabalhar para melhorar a renda familiar é o maior motivo pelo qual essas pessoas têm abandonado os estudos, entre mulheres este fator está aliado a gravidez precoce (23,8%) e as tarefas domésticas (11,5%) (IBGE, 2019).

Também é importante frisar que as escolas públicas no Brasil destinadas aos jovens da classe trabalhadora têm vivido nos últimos anos um processo de sucateamento, sem investimentos financeiros a maioria das escolas possuem infraestruturas físicas inadequadas, falta formação continuada aos professores, os materiais e recursos são insuficientes. Entendendo que, no capitalismo a educação escolar ofertado a estes jovens está centrada na formação para o trabalho simples, a qual socializa apenas determinados conhecimentos necessários a produção e reprodução do sistema capitalista (BATISTA, 2011). Neste sentido, a educação escolar tem a função de formar a classe trabalhadora para as demandas de trabalho do capital, os quais exigem acesso a determinados conhecimentos, os quais não permitam que os indivíduos aprendam a pensar, a questionar, a ponto de desvendarem a realidade. Nesse sentido, para que seja possível

suprir as novas exigências impostas pelo capitalismo, a legislação educacional adapta-se, buscando proporcionar ao aluno uma formação que atenda às exigências de qualificação colocadas pelo mercado de trabalho [...]. Organizando, o trabalho pedagógico de forma rigidamente hierarquizada e centralizada, a fim de assegurar a disciplina necessária à vida social e produtiva (BATISTA, 2011, p. 06).

Portanto, a escola em sua forma atual, tem como foco a manutenção da sociedade capitalista e a reprodução das desigualdades sociais. Embora este seja o enfoque da escola pública, há iniciativas educativas que buscam formar os estudantes sob uma perspectiva crítica e emancipadora, as quais se articulam ao trabalho enquanto categoria ontológica. Para Leher (2014), no Brasil as experiências educativas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem se colocado contrária às ideias da sociedade

capitalista, na medida em que busca articular os conhecimentos científicos com a realidade de trabalho e vida de seus indivíduos.

Tendo em vista que, os indivíduos nesta sociedade precisam ter acesso a determinados conhecimentos socializados na escola, sobretudo, para que atendam às exigências impostas pelo modo de produção capitalista e, para que adquiram alguns dos meios necessários para que possam sobreviver, compete examinar quais são as legislações educacionais que regulamentam o acesso a estes conhecimentos.

Com a promulgação da Emenda Constitucional n° 59 de 11 de novembro de 2009, a qual, ampliou a obrigatoriedade do acesso à educação básica dos 04 aos 17 anos de idade (BRASIL, 2009), cabe ao Estado criar condições de acesso e permanência de maneira gratuita a todas as etapas da educação básica. Além de criar programas suplementares que ofereçam material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde (IBIDEM). Para isso, Estados e Municípios devem prever a distribuição de recursos públicos, com vista a assegurar,

[...] prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (NR) Art. 4º O caput do art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (NR) (BRASIL, 2009, s/p).

Nesta mesma direção, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estabeleceu 20 metas a serem cumpridas até o ano 2024 por meio de um conjunto de estratégias que abrangem todos os níveis e modalidades educacionais (BRASIL, 2014). Um dos principais objetivos do PNE é garantir o acesso ao ensino para toda população até então excluída dos sistemas educacionais (IBIDEM).

Considerando que a Educação Básica é obrigatória e que todas as crianças e adolescentes entre 04 a 17 anos devem estar regularmente matriculados em uma unidade de ensino, como está a situação atual do Brasil em termos de acesso ao ensino? Em que medida esse acesso é garantido à classe trabalhadora?

De acordo com o Observatório Plano Nacional de Educação (OPNE), plataforma que monitora as metas instituídas pelo PNE, alguns dos objetivos do plano até o seu último ano de vigência são: “matricular todas as crianças e jovens de 06 a 14 anos na escola até 2024”. Em 2020, 98.0% dessa faixa etária já estava matriculada em instituições de ensino (OPNE, 2020). Outra meta, é que até 2024, 85% dos jovens de 15 a 17 anos estejam no ensino médio, em

2020 esse número atingiu a porcentagem de 74, 4% (IBIDEM). Ao final do prazo de cumprimento do PNE, o governo objetiva garantir que 93,5% da população brasileira acima de 15 anos esteja alfabetizada, em 2020 94,2% dos brasileiros sabiam ler e escrever. Com relação ao analfabetismo funcional, o objetivo foi diminuir para 13,5% o número de pessoas analfabetas funcionais, contudo, um levantamento realizado em 2018 mostrou que porcentagem ainda era de 29,0%. (OPNE, 2020). Além disso, até 2024 no PNE a meta é, elevar o nível de escolaridade da população do campo de 18 a 29 anos de maneira que a média seja pelo menos 12 anos de estudo na região de menor escolaridade do Brasil e entre os 25% mais pobres, o PNE enfatiza também a importância da equiparação na escolaridade média entre negros e brancos (IBIDEM).

Dentro desses dados é importante analisarmos aspectos de raça/cor e especificadamente de localização e renda para entendermos melhor os impactos das desigualdades sociais no acesso ao ensino para a classe trabalhadora. Segundo o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, no que tange a conclusão da educação básica, em 2017, no Nordeste apenas 62,7% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados no ensino médio ou já tinham concluído, enquanto na região Sudeste a porcentagem era de 77,7% (BRASIL, 2018). Ao mesmo tempo em que 58,9% adolescentes de áreas rurais tiveram acesso a essa etapa de escolarização, a porcentagem de adolescentes que residem em áreas urbanas chegou a 72,2%. Em 2017, ainda segundo esse relatório (IBIDEM), apenas 65,2% de negros estavam matriculados no ensino médio, já os brancos eram de 78,1%.

A diferença no acesso ao ensino médio entre classe trabalhadora e classe burguesa demonstram de maneira ainda mais nítida a situação de desigualdade econômica produzida pelo sistema capitalista. Enquanto 53,3% da população da classe trabalhadora teve acesso ao ensino médio, entre a classe burguesa esse número foi de 88,4% (BRASIL, 2018).

Embora tivéssemos avanços em termos da obrigatoriedade do ensino, é importante considerar que apenas frequentar a escola não garante que a aprendizagem seja efetivada. Dados expõem o número de alunos por faixa etária matriculados em unidades de ensino e a evolução destes números com implementação de políticas públicas educacionais com o passar dos anos, mas não expõem quais são os níveis de desenvolvimento e de aquisição dos conhecimentos. A criação de políticas públicas educacionais é importante para garantir que indivíduo tenham acesso a escola, mas se não estiverem articuladas a mudança nas condições de vida da população da classe trabalhadora, não farão com que essa classe tenha, de fato, acesso à aprendizagem na escola (TREZI, 2021).

Mesmo a educação sendo um direito, como o indivíduo podem frequentar a escola, se ao invés disso tiverem que trabalhar para garantir a sua sobrevivência e de sua família? Se o acesso à educação escolar no Brasil em tempos considerados “normais” ainda não se materializou na prática, como tem sido o acesso à escola em tempos marcados pela pandemia da Covid-19? Quais são as condições materiais das crianças e jovens da classe trabalhadora para que este acesso se concretize nesse período? Os alunos encontrar-se apenas matriculados nas escolas, ou realmente estão se apropriando dos conhecimentos e experiências que a escola lhes proporciona?

3. A Educação escolar para crianças e jovens da classe trabalhadora durante a Pandemia

A agressividade da Pandemia no mundo e a dificuldade de atendimento médico e hospitalar a toda a população gerou no Brasil em 2020, uma série de mudanças na vida da população brasileira. Para diminuir a circulação do vírus da Covid-19 autoridades públicas foram obrigadas a implementar medidas restritivas de circulação da população. Neste contexto, escolas foram fechadas e as atividades educativas passaram a ser realizadas de maneira remota e virtualmente. Escolas e professores precisaram se reinventar para que as atividades pedagógicas chegassem até os estudantes, seja por meio de aplicativos, de materiais impressos entregues às famílias, ou outras estratégias criadas pela gestão escolar e pelas secretarias de educação na tentativa de minimizar os impactos da pandemia na aprendizagem dos alunos. Para Pereira (2020, p 140),

Essa restrição das funções da escola à realização de tarefas e ao cumprimento de tempos escolares encontrou respaldo legal. Todo o debate que envolve a administração das escolas públicas (a Medida Provisória 934 que flexibiliza os 200 dias letivos, mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de atividades educacionais anuais; e o parecer no 5/2020 do Conselho Nacional de Educação; parecer do CNE nº 5/2020) se dá, exclusivamente, em torno da contabilização de horas e da construção de um calendário escolar.

Com as aulas no formato remoto, professores tiveram que criar diferentes metodologias para que as crianças e jovens continuassem tendo acesso aos conteúdos escolares abordados em cada ano letivo. Os alunos precisaram se adaptar à nova rotina de estudos, a qual, passou a ser realizada em casa sem a mediação do professor e a interação social que acontece na sala de aula e na escola. As famílias foram obrigadas a se organizar em termos de tempo, espaço e aquisição de equipamentos eletrônicos para que seus filhos pudessem acessar as aulas remotamente. As salas de aulas, passaram a ser as casas dos estudantes e dos professores.

Com a pandemia, muitas famílias também perderam seus empregos, agravando ainda mais as condições de vida, já que dificuldades econômicas de grande parte da classe trabalhadora foi acentuada. Aspecto que limitou e dificultou a aquisição de equipamentos eletrônicos, o que influenciou no acesso ao ensino no formato remoto.

Além disso, a ausência quase que completa de convívio social, provocada pelas medidas de isolamento afetaram os alunos, que isolados passaram a interagir socialmente com muito menos frequência. Para Rabello e Passos (2011, p. 02) “[...] o desenvolvimento humano se dá em relação nas trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação”, partindo desse entendimento, é fundamental que o indivíduo frequente presencialmente a escola, que interaja com outras crianças na mesma fase de desenvolvimento.

Outro aspecto importante realizado na escola diz respeito a mediação dos professores nos processos de ensino e aprendizagem (BULGRAEN, 2010). Durante a pandemia, embora tenham sido realizado diferentes tipos de comunicação, entre professores e estudantes - por meio de diferentes plataformas digitais, estudos demonstram que estes foram insuficientes para o desenvolvimento dos estudantes e para a apropriação dos conteúdos curriculares, além de impor “dificuldades para professores, pais e, inclusive, os estudantes” (TELES et al, 2020, s/p). Para Vieira e Ricci, (2020, s/p) a pandemia evidenciou

a desigualdade que demarca nossa sociedade, pois, enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais/responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja pelo fato de os responsáveis dedicarem-se à outras preocupações, seja por estes não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou, ainda, por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Grandes desafios foram impostos pela pandemia à forma tradicional de ensino realizado na escola, limitando a aprendizagem das crianças e jovens da classe trabalhadora. Pois as condições econômicas e as dificuldades financeiras da maioria da população brasileira, condicionou que grande parte dos alunos não tivessem acesso aos conteúdos tratados nas aulas virtuais, uma vez que sem recursos financeiros muitas famílias não conseguiram adquirir dispositivos eletrônicos para as aulas remotas, tais como computadores, smartphones, tablets (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Além da dificuldade na aquisição dos dispositivos, muitos alunos não tiveram acesso à internet suficiente para acessar as atividades, ou para acompanhar as aulas síncronas, tanto por uma questão de custo, tanto por uma questão de localização, já que em áreas rurais o acesso a rede de internet é limitado (IBGE EDUCA, 2019). De acordo com a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Continuada (PNAD) 2019, divulgada pelo IBGE, a porcentagem de pessoas residentes em áreas rurais que tinha acesso à internet em 2019 era de 55,6%, enquanto nas áreas urbanas a porcentagem alcançava 86,7% (IBGE, 2019).

Ainda com base nos dados da PNAD de 2019, divulgadas pelo Portal IBGE Educa, no Norte e Nordeste do Brasil, menos de 77% da população tem acesso à internet, já nas regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste o acesso chega a 87,3% (IBGE EDUCA, 2019). Outro aspecto a ser considerado, diz respeito a diferença de acesso entre alunos da rede de ensino privada e pública. Enquanto 98,4% de alunos de escolas privadas usufruíam de internet, o número era de 83,7% de alunos de escola pública (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Segundo Pereira (2020), o acesso ao ensino público é a principal porta de entrada da população brasileira à educação escolar. Dados divulgados pelos autores (IBIDEM), enfatizam que dos 47,8 milhões de estudantes brasileiros, 38,7 milhões estão na rede pública de ensino, enquanto apenas 9,1 milhões fazem parte da rede privada. Isso significa que, a maior dos estudantes no Brasil, estão na escola pública e oriundos da classe trabalhadora, os quais foram afetados pelos impactos das desigualdades econômicas intensificadas durante a pandemia (IBIDEM).

De acordo com dados levantados pela PNAD em 2019 e divulgadas pelo IBGE, demonstram que se comparamos a renda real per capita nos domicílios com e sem internet, veremos que enquanto os domicílios com internet apresentam uma renda média de R\$1.527,00 reais, nos que não possuem internet o valor não ultrapassa R\$728,00 reais (IBGE, 2021). Os principais motivos pela inviabilidade de acesso, se configuram pelo: custo, com 26,2%, falta de interesse 32, 2% e saber utilizar os dispositivos eletrônicos 25,7% (IBIDEM).

Estima-se que no Brasil em novembro de 2020, 1,5 milhões de crianças e adolescentes não realizaram as matrículas escolares, enquanto 3,7 milhões efetivaram, mas não conseguiram ter acesso ao mínimo de aulas e de atividades no formato remoto (TERRA, 2021). Destas, 41% das crianças possuíam entre 7 a 10 anos (IBIDEM).

Dados do IBGE de 2020, levantados por Marques e divulgados pelo Portal Terra demonstram que os Estados da região Norte e Nordeste (Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Bahia) concentram os piores índices de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, cerca de 30% (TERRA, 2021). Crianças indígenas, pretas, pardas e residentes em áreas rurais também foram as mais excluídas desse processo. Os dados demonstram que o alto índice de alunos fora da escola é quase o mesmo que o país registrou a 20 anos atrás, o que significa que o Brasil pode retroceder duas décadas se comprado com os avanços obtidos nos últimos anos (IBIDEM).

De acordo com pesquisa Tecnologia da Informação e Educação 2019, divulgada por Tokarnia no Portal Agência Brasil, 18% de estudantes de escola pública acessaram a internet exclusivamente pelo celular, enquanto nas escolas particulares a porcentagem é de apenas 3%. Diferença que torna o acesso aos conteúdos por meio de aulas síncronas ainda mais desigual e limitado para a classe trabalhadora (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Além disso, durante esse período, 79% dos professores de escolas públicas alegaram não terem recebido formação básica para a utilização das tecnologias utilizadas no ensino remoto (IBIDEM).

Essa desigualdade no acesso as Tecnológicas da Informação, como demonstram os dados, é uma consequência da desigualdade econômica e social gerada pelo sistema capitalista e agravadas durante a pandemia de Covid-19. Nesse contexto, grande parte da classe trabalhadora não teve acesso às condições básicas de vida, trabalho e estudo. Aspectos que influenciam no acesso às atividades educativas realizadas de maneira remotas, aumentando as taxas de evasão escolar. Para Souza; Pereira e Ranke (2020, p. 18),

Como agravante da pandemia, além do fechamento das unidades escolares, tornou-se evidente o aumento no número de desempregados, da inflação, do preço dos alimentos, fatos noticiados diariamente pela imprensa brasileira. Em decorrência disso, a desigualdade social ficou ainda mais evidenciada e um número mais expressivo de crianças e jovens precisam trabalhar para auxiliar na manutenção das necessidades básicas. Algumas dessas carências, outrora, eram minimizadas pelas escolas, onde os estudantes tinham acesso a refeições diariamente, e mesmo assim o percentual de alunos fora da escola era grande.

Para a classe trabalhadora o problema se torna ainda mais complexo quando se observa, que as dificuldades não são restritas ao estudo, mas também ao fato de que estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis estão sendo afetados pelo aumento da violência doméstica e pela insegurança alimentar (PEREIRA, 2020). A pandemia e as restrições impostas por ela, demonstraram que a escola tem sido um local importante também na garantia da alimentação de muitas crianças (SOUZA; PEREIRA; RANKE, 2020). E tem demonstrado o quanto a educação presencial é importante tanto na socialização, quanto na apropriação do conhecimento. Esse contexto de ensino remoto evidenciou a importância dos professores nos processos de ensino e na mediação do conhecimento. Como demonstra Vieira e Ricci (2020, s/p), “[...] questão indiscutível refere-se ao fato de que a ausência da mediação presencial do professor em relação às situações de aprendizagem[...]”.

Ademais, a falta de um ambiente silencioso e organizado para estudar, a ausência de uma rotina, a necessidade de compartilhar dispositivo móvel com outros membros da família, e, a falta do auxílio dos pais e/ou responsáveis são aspectos que afetam o desempenho dos estudantes e, influenciam na compreensão dos conhecimentos. Esses aspectos acabam

provocando alterações emocionais e psíquicas nos estudantes que frustrados por não conseguirem estudar e entender os conteúdos, com limitações econômicas e a falta de interação social, prejudicam a aprendizagem (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020). Sobre essa questão Cipriano e Almeida (2020, p. 4) enfatizam que:

a rotina do isolamento social e da privação de um contato humano presencial relacionados a este novo formato de convivência [...], tem originado problemas psicológicos porque tende a elevar a carga emocional, física e de papéis sociais, facilitando o desencadeamento, agravamento ou recidiva de transtornos mentais ou doenças físicas.

As alterações na rotina impostas pela pandemia, não afetam apenas os estudantes e suas famílias. Os professores foram condicionados a transformar suas casas em local de trabalho, muitas vezes sem condições estruturais precisaram se adequar as novas demandas. Muitos professores tiveram dificuldade de acessar rede de internet com conexão adequada, precisaram adquirir novos equipamentos eletrônicos, não houve formação sobre o uso das ferramentas digitais, assim como o uso demandas tecnológicas utilizadas no ensino remoto. Houve uma sobrecarga de trabalho, pois a maioria das demandas educativas e organizativas do ensino remoto ficaram sob responsabilidade dos professores. Para Pronko (2020, p. 122),

o papel dos professores é, ao mesmo tempo, central e múltiplo. É central porque ele é o executor principal do conjunto de recomendações e políticas definidas no espaço extraescolar. Embora os chamados ‘gestores’ também cumpram importante papel na viabilização dessas diretrizes, são os professores que colocam ‘corpo e alma’ no cumprimento das funções escolares modificadas pela pandemia, multiplicando as demandas e capacidades exigidas para eles.

Já aos pais, restou a função de exercer o papel de professor em tempo integral, mesmo que estes não dispunham de formação adequada e nem de tempo disponível, os quais precisaram conciliar o trabalho com o suporte aos filhos. Diante das dificuldades relevadas neste contexto, quais serão os reflexos da Pandemia na aprendizagem e no desenvolvimento psicológico das crianças e jovens da classe trabalhadora?

Se a classe trabalhadora já sofre com as determinações do sistema capitalista impostas à educação, considerando que o ensino não é neutro e que a educação também é definida pelo modo de produção vigente a partir dos interesses da classe hegemônica - o que torna o acesso à cultura um processo ainda mais enigmático, ela tem sofrido também com a exclusão do acesso aos conhecimentos básicos, socializados em sala de aula. Nesse sentido, a apropriação da cultura e dos conhecimentos essenciais para o desenvolvimento e a formulação de uma visão crítica, e por consequência, provoque a transformação de sua realidade, é algo ainda mais utópico principalmente na atualidade. Se fadados a ordem capitalista estes já estavam,

com a pandemia da Covid-19 a perversidade desse sistema em fazer com que apenas uma minoria se aproprie de todos os bens materiais e culturais que a humanidade construiu no decorrer da história mostra-se de forma truculenta (GRAMSCI, 2010).

Esse contexto, demonstra que, pós pandemia observaremos de maneira ainda mais explícita a dinâmica desigual e desumana causada pelo sistema capitalista, principalmente quando ao jovem de classe trabalhadora restar como única opção o abandono da escola e o ingresso no mercado de trabalho, ou nem isso, pois não há trabalho para todos (SOUZA; PEREIRA; RANKE, 2020). Essa é a lógica do sistema capitalista, quanto mais indivíduos viveram em condições precárias, sem acesso à educação e as condições básicas de vida, mais estes se submeterão a quaisquer condições de trabalho para sobreviver e tão mais apenas uma minoria enriquecerá as custas deste trabalho (MARX; ENGELS, 2005).

4. Considerações Finais

Ao analisar o acesso à educação escolar durante a pandemia, evidenciamos a importância da formação e escolarização realizada presencialmente, como fator importante para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e jovens oriundos da classe trabalhadora, pois a apropriação dos conhecimentos socializados pela escola, de maneira remota, tem sido um processo excludente para grande parte dos brasileiros, uma vez que não são ofertadas as condições básicas para o acesso à educação escolar. Considerando que a interação social se constitui como fator importante para a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos e da cultura material, as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, limitaram o acesso aos conhecimentos mínimos de cada ano letivo prejudicando a aprendizagem dos jovens da classe trabalhadora. Aspecto que influencia na formação de sujeitos críticos, elementos que possibilitam a classe trabalhadora “lutar” pela mudança da realidade social.

Se antes da pandemia, as chances de utilizar os conhecimentos socializados na escola para superar a divisão entre trabalhadores e burguesia já eram limitadas, com a pandemia, evidenciou-se que, os indivíduos de classe trabalhadora estão tendo que se conformar com a situação desigual em que vivem. Isolados em suas casas sem interação social, excluídos do acesso aos conhecimentos essenciais para mudança de vida são condicionados a viver sem perspectiva de futuro. Por outro lado, a classe burguesa usufrui do conforto e vive despreocupada com as lacunas provocadas pelo ensino remoto, no que se refere a aprendizagem e desenvolvimento, pois basta matricular seus filhos nas melhores instituições

de ensino do país, direcionando-os para o ingresso nas melhores universidades públicas do Brasil.

É evidente que apenas o retorno à escola de maneira presencial não resolverá todos os problemas da aprendizagem dos estudantes da classe trabalhadora, porque estes estão submetidos ao sistema capitalista, mas, ao menos, poderá ser ofertado a estes, possibilidades de adquirem conhecimentos que lhes permitam compreender a sociedade de maneira crítica e a partir desse entendimento, buscar sua transformação.

Referências

AGENCIA BRASIL. Reportagem de Mariana Tokarnia. Um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 09, junho, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>> Acesso em: 02 de ago.2020.

AGENCIA BRASIL. Reportagem de Cristina Brasil. Acesso de estudantes a internet aumenta para 88,1%, diz IBGE. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 14, Março, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/acesso-de-estudantes-internet-aumenta-para-881-em-2019-diz-ibge>> Acesso em: 30 out 2021.

BATISTA, F. A. *A relação entre educação e capitalismo: o aluno como “produto” da indústria “escola”*. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, Minas Gerais, n.10, p. 01-10, jan/jun, 2011.

BIAVATTI, S. M.; WIELEWSKI, J. M. O ensino da arte na educação básica e a pedagogia histórico-crítica. In: PAGNONCELLI, C.; MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D. (Org.) *O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica*. Campinas- SP: Armazém do Ipê, p. 139-160, 2016.

BULGRAEN, C. V. *O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento*. Revista Conteúdo, Capivari, v1, n. 4, p. 1-38, ago/dez, 2010. Disponível em: http://www.moodle.cpsctec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula04/FOP_d03_a04_t07b.pdf. Acesso em: 01 dez 2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf. Acessado em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. – Brasília,

DF: INEP, 2018. Disponível em:<
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf> Acesso em: 13 de mai 2021.

CAMILO, Telma C. *A periodização do desenvolvimento infantil: Contribuições da Teoria Histórico-Cultural*. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.2, p. 130 – 139. 2008. Marília. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/192>> Acesso em: 20 jun 2021.

CARDOSO, C. A; FERREIRA, V. A; BARBOSA, F. C. G. *(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto*. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal. Distrito Federal. v. 7, n. 3, p. 38-46, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929> Acesso em: 04 jul. 2021.

CIPRIANO, J. A; ALMEIDA, L. C. Educação em tempos de pandemia: análises e implicações na saúde mental do professor e aluno. *In: Conedu VII Congresso Nacional de Educação*. VII, 2020, Maceió- AL: Centro Cultural de exposições Rutch Cardoso, 2020, p 1-11. Disponível em:<
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA18_ID6098_31082020204042.pdf Acesso em: 22 de agos 2021> Acesso em: 21 agot 2021.

SOUZA, P. M. C.; PEREIRA, M. J; RANKE, J. C. M. *Reflexos da pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência*. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 5, n.10844. p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10844/17977>> Acesso em 28 nov 2021.

GRAMSCI, A. Cadernos de Cárcere: vol. 2. *Os intelectuais. O princípio educativo*. Jornalismo. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio*. 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html>. Acesso em: 01 dez 2021.

IBGE. *Uso de internet, televisão e celular no Brasil*. IBGE Educa. 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>> Acesso em: 10, out 2021.

IBGE EDUCA. *Site*, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>. Acessado em: 12 jul. 2021.

KUENZER, Acácia Z. EM e EP na produção flexível a dualidade invertida. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/46/43>. Acessado em: 22 jul. 2021.

LEHER, R. Organização, estratégia e o Plano Nacional de Educação. In: MST. II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. *Texto para estudo e debate*. São Paulo. Expressão Popular, 2014.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In: *Desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 261-284, 1998a.

LEONTIEV, A. Sobre o desenvolvimento histórico da consciência. In: *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, p.257-284, 1998b.

TERRA. Reportagem de Julia Marques. Durante a pandemia, atividades escolares não chegam a crianças mais pobres; risco é de abandonar definitivamente o colégio. Portal *Terra*, 29, abril, 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/brasil-pode-regredir-duas-decadas-no-acesso-a-escola,bf862924c34f23c9169d460586fe412d27jxn3u1.html>> Acesso em: 30, mai 2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. Manifesto Comunista. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Observatório do *Plano Nacional de Educação – OPNE*. Site, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/>> Acesso em: 09 jul 2020.

PASQUALINI, J. C. Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria história-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: MARSIGLIA, Ana C. (Org) *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PEREIRA, I. D. F. A escola pública em tempos de pandemia: renovação intensificada da dualidade estrutural e disputas pela universalização da Educação no Brasil. In: BATISTA, SILVA, L.; DANTAS, A. V. (org) *Escola pública e Pandemia: quando a regra é geral*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, p.131-145, 2020.

PRONKO, Marcela. Escola pública em tempos de pandemia. In: BATISTA, S. L.; DANTAS, A. V. (org) *Escola pública e Pandemia: quando a regra é geral*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, p.113-129, 2020.

RABELLO, E.; PASSOS, J., S. *Vygotsky e o desenvolvimento humano*. 2011. Disponível em: <<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2021.

BBC NEWS, BRASIL. Reportagem de Felipe Souza. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas a distância. *BBC NEWS, BRASIL*. São Paulo, 3, maio, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255>> Acesso em: 01 de dez 2021.

TELES, C, E. *et al.* *O ensino remoto e os impactos nas aprendizagens*. Revista Com Sertões, Bahia, v.9, n.2, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10091-Texto%20do%20artigo-29001-1-10-20201225.pdf>> Acesso em: 30 nov 2021.

TREZZI, C. *A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional*. *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-14, e18268, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.18268>> Acesso em 03 dez 2021.

VIEIRA, L.; RICCI, C. C. M. *A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo*. Observatório do ensino médio em Santa Catarina. Editorial de Abril/2020. Disponível em: <
https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL___Let_cia_Vieira_e_Maike_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf> Acesso em 29 nov 2021.

VIGOTSKY, L. S. *A transformação socialista do homem, em Marxists Internet Archive*. Tradução de Nilson Dória. 2004. Disponível em: <
<https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/vygotsky/vygotsky-a-transformacao-socialista-do-homem.htm> > Acesso em: 10 jun.2021.

VIGOTSKY, L. S. *Psicologia, Educação e Desenvolvimento: Escritos de L.S. Vigostky*. 1º edição Expressão Popular, São Paulo, 2021.

Dificultades en el acceso a la educación escolar de la clase obrera en la Pandemia

Resumem

Este artículo se caracteriza por ser un estudio bibliográfico, apoyado por el método Materialista Histórico elaborado por Marx, y en las formulaciones de Vygotsky y en la Teoría Histórica Cultural. Tiene como objetivo analizar las dificultades de acceso a la educación escolar de la clase trabajadora durante la pandemia del Coronavirus, así como evidenciar las impresiones resultantes de este análisis. Para lograr el objetivo propuesto, el trabajo se organiza en dos partes: Inicialmente, buscamos comprender cómo es el acceso a la educación escolar y la adquisición de conocimientos en la sociedad capitalista. Posteriormente, analizamos cómo ha sido la educación escolar de los niños y jóvenes de clase trabajadora durante la pandemia. En la sociedad capitalista, donde el acceso al conocimiento escolar está fragmentado para la mayoría de las personas, durante la pandemia, con el cierre de las escuelas públicas para contener la propagación del virus Covid-19, muchos niños y jóvenes de clase trabajadora no tuvieron acceso a mucho conocimiento escolar, ya que la mayoría de las familias tenían limitaciones económicas, lo que influyó en la adquisición de equipos electrónicos y paquetes de internet para acceder a las clases que ahora se llevan a cabo de forma remota. Factores que limitaron el aprendizaje y desarrollo de los estudiantes de clase trabajadora, así como la interacción social. En vista de lo anterior, nos damos cuenta de la importancia de la educación escolar pública realizada de manera presencial, en la garantía de la adquisición de los conocimientos básicos, ya que el acceso a la educación pública es un derecho y se presenta a los trabajadores como una posibilidad de formación crítica.

Palabras clave: Acceso a la educación; Clase obrera; Desigualdad; Pandemia.

Les difficultés d'accès à l'éducation scolaire pour la classe ouvrière dans la Pandémie

Résumé

Cet article est une étude bibliographique, basée sur la méthode dialectique historique matérialiste élaborée par Marx, sur les formulations de Vygotsky et sur la théorie culturelle historique. Il vise à analyser les difficultés d'accès à l'éducation scolaire pour la classe ouvrière pendant la pandémie de Coronavirus, ainsi qu'à démontrer les impressions résultant de cette analyse. Afin d'atteindre l'objectif proposé, le travail est organisé en deux parties : dans un premier temps, nous cherchons à comprendre comment se fait l'accès à l'enseignement scolaire et l'acquisition des connaissances dans la société capitaliste. Ensuite, nous analysons comment la scolarisation s'est déroulée pour des enfants et des jeunes de la classe ouvrière pendant la pandémie. Dans la société capitaliste, l'accès au savoir scolaire est fragmenté pour la plupart des gens. Pendant la pandémie, pour contenir la propagation du virus Covid-19, la fermeture des écoles publiques a fait que de nombreux enfants et jeunes de la classe ouvrière n'accèdent pas à des connaissances scolaires importantes, car la plupart des familles ont souffert des limitations budgétaires, ce qui a influencé l'acquisition d'équipements électroniques et de forfaits Internet pour accéder aux cours qui se tenaient désormais à distance. Ces facteurs ont limité l'apprentissage et le développement des élèves de la classe ouvrière, aussi bien que leur interaction sociale. Compte tenu de ce qui a été exposé, nous nous rendons compte de l'importance de l'enseignement scolaire public dispensé en personne, pour assurer l'acquisition des connaissances de base, puisque l'accès à l'enseignement public est un droit des travailleurs et leur possibilité de formation critique.

Mots-clés: Mots clés: Accès à l'éducation; La classe ouvrière ; Inégalité ; Pandémie.

The difficulties of accessing school education for the working class in Pandemic

Abstract

This essay is a bibliographical study based on the Dialectical Historical Materialist method elaborated by Marx, on Vygotsky's formulations, and on the Cultural-Historical Theory. The present study aims to access school education for working class during the Coronavirus pandemic, as well as to demonstrate the impressions resulting from this analysis. In order to reach the objective, the work is organized in two parts: First, we seek to

understand access to school education and the acquisition of knowledge in a capitalist society. Thereafter, we analyze how school education takes place for working-class children and young people during the pandemic. In a capitalist society, access to school knowledge is fragmented for most people. During the pandemic, in order to restrain the spread of the COVID-19 virus, public schools were closed down. Many working-class children and young people did not have sufficient access to school knowledge, since most families had experienced economic limitations, affecting the purchase of electronic equipment and internet packages to access classes held remotely. These factors limited the learning and development of working class students, as well as their social interaction. In light of the above, we realize the importance of public school education in a face-to-face model to guarantee the acquisition of basic knowledge since access to public education is a worker's right as well as their possibility for critical education.

Keywords: Access to Education; Working Class; Inequality; Pandemic.